

INAC EMITE HOJE AS ALTERAÇÕES

# Aeroporto passa a ter menos restrições

As restrições às aterragens e descolagens no Aeroporto da Madeira foram alteradas. Isto mesmo ficou decidido, ontem, numa reunião realizada pelo Instituto Nacional de Aviação Civil (INAC). A novidade, avançada por uma fonte governamental, ao DIÁRIO, consiste, essencialmente, na mudança de alguns limites relativos à força do vento e à amplitude da visibilidade.

De acordo com as informações dadas, «parte das restrições ligadas à operação do Aeroporto da Madeira referem-se à força do vento. O Instituto Nacional de Aviação Civil decidiu alterar o quadrante dos limites do vento. Estava, até agora, estabelecido que desde que os ventos cruzados se situassem acima dos 15 nós, do quadrante de 120 a 220 graus, os aviões não poderiam operar no aeroporto madeirense». Segundo as alterações introduzidas ontem, o referido quadrante fica reduzido em 20 graus. Ou seja, isto significa que as restrições passam a vigorar apenas quando os ventos forem de 120 a 200 graus. «Quando os ventos estive-

- O Instituto Nacional de Aviação Civil (INAC) alterou os limites das restrições do Aeroporto da Madeira. Ligados, sobretudo, à força do vento e à visibilidade, o aeroporto oferece, agora, menos condicionalismos.

LISETE RODRIGUES



O INAC decidiu autorizar a operação no Aeroporto da Madeira com menos restrições. A aviação terá, hoje, conhecimento das respectivas alterações.

rem a soprar de 200 a 220 graus, acima de 15 nós, o aeroporto pode operar», afirmou a fonte.

Por outro lado, as mu-

danças introduzidas pelo INAC dizem ainda respeito à visibilidade. Antes, teria de existir uma visibilidade num raio de cinco quilóme-

tros para as aterragens e para as descolagens. Agora, a distância mantém-se para as aterragens, mas para as descolagens são ape-

nas necessários 2,5 quilómetros de visibilidade.

Segundo ainda foi confirmado ao DIÁRIO, o INAC irá proceder hoje à emissão de uma nota informativa sobre as alterações efectuadas para a aviação.

## Estratégias "deturpadoras"

Por outro lado, e no que toca às constantes restrições do aeroporto e respectivas consequências, a presidência do Governo Regional emitiu, ontem, um comunicado, repudiando a forma como vêm sendo abordadas algumas questões relacionadas com aquela infra-estrutura aeroportuária. «Agora, visa-se o Aeroporto da Madeira, confirmada a boa operacionalidade pelas companhias aéreas, com decisões comerciais de meros operadores turísticos. Confirma-se tratar de uma campanha de sabotagem económica, o facto de a habitual comunicação social de Lisboa, apoiada em correspondentes políticos, sobre isto lançar grandes parangonas publicitárias», afirma o Governo Regional.

lrodrigues@dnnoticias.pt

## Agências alvo de queixa

As maiores agências de viagens da Madeira cobram, aos clientes, uma taxa pela reserva de voos e hotéis, entre os 500 e os 10.000 escudos, que, segundo a DECO, constitui uma prática restritiva da concorrência.

A Associação para a Defesa do Consumidor (DECO) denunciou, no passado dia 15 de Março, a ilegalidade da cobrança daquelas taxas à Direcção-Geral do Comércio e da Concorrência (DGCC), segundo disse, à Lusa, a jurista Ana Tapadinhas, confirmando aquilo que o DIÁRIO havia noticiado a 11 de Março último.

A associação, com base numa denúncia, tomou conhecimento de que um grupo de agências de viagens da Madeira, «as maiores que operam naquela zona», segundo Ana Tapadinhas, acordou cobrar aos clientes 1.500 escudos pela reserva de um voo internacional, 2.000 escudos pela reserva do hotel, 500 escudos por alteração da reserva e entre 500 a 10.000 escudos pelo cancelamento da reserva.

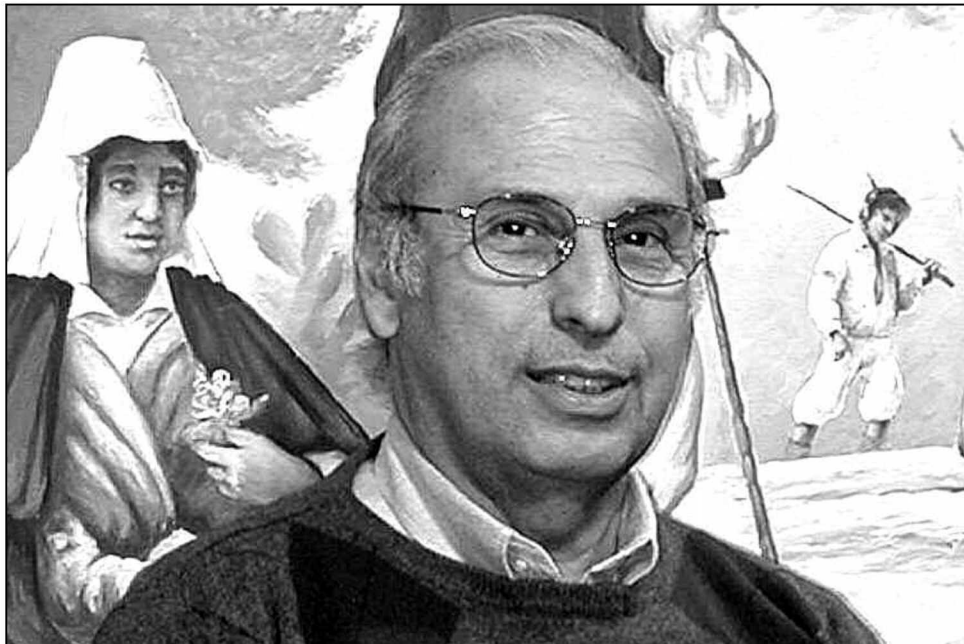
Para a DECO, esta cobrança não é mais do que uma prática restritiva da concorrência, uma vez que as maiores operadoras da Madeira estão a actuar de forma concertada, o que a associação diz ser ilegal.

JORGE LOPES, AO DIÁRIO

# Há que ter paciência e esperar pelos estudos

«A segurança na aviação não tem preço» é a máxima do presidente do INAC - Instituto Nacional de Aviação Civil. Invoca-a a propósito das limitações de operacionalidade no Aeroporto da Madeira. Isto para dizer que qualquer levantamento das actuais restrições só será possível se for sustentado em certezas. «Os estudos demoram o seu tempo a fazer. Há que ter paciência e esperar por eles», disse, ontem, ao DIÁRIO, Jorge Lopes.

Deixou, no entanto, a porta aberta para que possa ir saindo algum fumo branco. Isto é, admite que, aos poucos e com o decorrer do processo, os limites possam começar a ser reduzidos. «Se, ao longo do estudo, forem obtidos dados concretos, certezas, o INAC irá procurar aliviar as limitações», garantiu o presidente do



«Se ao longo do estudo forem obtidos dados concretos, o INAC irá procurar aliviar as limitações», garante Jorge Lopes.

Instituto. Como fez questão de recordar, a autoridade aeronáutica nacional chamou a si, o ano passado, a coordenação das «entidades interessa-

das» com o intuito de «acelerar» os estudos em curso. O denominado "efeito bolha", túnel de vento com origem nos muretes de protecção, é um

dos problemas que está a ser analisado. Ontem, nas instalações do INAC, em Lisboa, teve lugar uma reunião de acompanhamento. Entre os parti-

cipantes nos trabalhos, encontravam-se técnicos estrangeiros e elementos da NAV - Navegação Aérea de Portugal - e do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica. «A situação está a ser acompanhada tecnicamente com ajuda estrangeira, pelo que a segurança da operação nunca esteve em causa».

## Segurança não provocou cancelamentos

A tónica volta a ser a mesma quando Jorge Lopes é instado a comentar os recentes cancelamentos, cujas razões alega desconhecer, de voos "charter" para a Região: «De certeza que não foi por causa da segurança». Olhando para trás, o nosso interlocutor adiantou, por outro lado, que, meses antes da inauguração da pista intercontinental, era líquido que as restrições à operacionalidade iriam manter-se. «Quando se rodou a pista e se abriu os primeiros dois terços, em Abril de 2000, já as entidades interessadas no projecto estavam informadas das limitações, que seriam as mes-

mas do velho aeroporto». Acabariam por ser agravadas devido ao "efeito bolha". O estado do tempo, de que o último Inverno poderá ser exemplo, é também apontado pelo presidente do Instituto Nacional de Aviação Civil como um factor a ter em conta. «As estatísticas dos últimos 10 anos apresentavam sempre vento do quadrante Sul, presentemente o mais limitativo, numa percentagem de ocorrência de cinco por cento ao ano - representava cerca de 20 dias. Actualmente, essa percentagem é extremamente elevada, porquanto os fenómenos meteorológicos alteraram-se profundamente nos últimos dois anos».

Jorge Lopes volta então a pedir «paciência». Até que os estudos comecem a dar os respectivos frutos. Acrescentando: «O objectivo do Instituto Nacional de Aviação Civil, desde que assumiu a competência da certificação do Aeroporto da Madeira, em Outubro de 1999, é para que não haja limitações. E, se as houver, que sejam minimizadas ao máximo».

SÉRGIO GOUVEIA, em Lisboa  
sgouveia@dnnoticias.pt

